

Valadares Filho debate sobre situação do Departamento de Obras Contra as Secas

Google Imagens



Moreno Nobre

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) realizou, nesta quarta-feira (19), audiência pública para discutir os programas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) relacionados à área de competência do colegiado. O evento atende a pedido do presidente da Comissão, deputado Valadares Filho (PSB-SE).

Para o socialista, a reunião foi extremamente importante para o momento que vive o Nordeste brasileiro, no combate à seca e no sofrimento do povo sertanejo. "O DNOCS tem papel fundamental no abastecimento de água e em obras de irrigação", disse.

No entanto, de acordo com o diretor-geral do DNOCS, Angelo Guerra, o departamento passa por grande dificuldade com relação ao custeio, o que atrasa o andamento de obras. Ele explicou que as ações são passadas para o departamento, mas faltam recursos para diárias e combustível, por exemplo.

Questionado por Valadares sobre as obras de irrigação, se elas são prejudicadas pela falta de recursos, Angelo afirmou que sim. Ele contou, ainda, que o Departamento deve receber nova determinação do Ministério do Planejamento com outra redução do orçamento.

Em um momento em que o órgão passa por dificuldades financeiras e estruturais, Valadares afirmou que

fará reivindicação junto ao Ministério da Integração Nacional para tratar desse assunto. "Esses cortes atrasam obras, prejudicam o trabalho cotidiano no combate à seca, e também prejudicam funcionários que prestam seu serviço durante anos", lamentou o presidente da CINDRA.

De acordo com o parlamentar, o conhecimento que o DNOCS tem da situação do Nordeste é essencial para que a Câmara dos Deputados possa atuar no enfrentamento da situação de estiagem que afeta os estados da região. Esse ciclo já completa seis anos, sem que as chuvas provejam a água necessária para a agricultura, cuidado de animais e, mais severamente, sem que haja água para a população local.

Conselho de Ética

Deputados César Messias e Júlio Delgado integram o Colegiado da Câmara

2

Audiência Pública

Aprovado requerimento de socialistas para debater agricultura de precisão

3

Defesa do Consumidor

Em audiência com a ANAC, Rodrigo Martins questiona cobrança de bagagem

4

Conselho de Ética

César Messias e Júlio Delgado querem resgatar credibilidade do colegiado

Rhafael Padilha

A Câmara dos Deputados instalou, na última semana, a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O colegiado é composto por 21 membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelos partidos, com mandato de dois anos.

O deputado César Messias (PSB-AC) é titular e assumiu o compromisso de proceder com responsabilidade e prudência todas as ações e debates durante o mandato. “A intensa crise política no País impõe que façamos algumas reflexões sobre o problema da ética.”

Na opinião do socialista, também é importante que ninguém seja julgado por cores partidárias e posturas políticas.

“Agradeço a confiança do meu Partido pela indicação neste colegiado. Estaremos atentos aos fatos e a tudo que a sociedade precisa saber”, afirmou.

Também titular do colegiado, o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) sugeriu mudanças no regimento para que os suplentes também possam ser sorteados como relatores. Quanto às denúncias da Lava Jato, ele recomendou prudência para separar o “joio do trigo”. Os Socialistas Adilton Sachetti (MT) e Flavinho (SP) são suplentes no colegiado.

Eleição — O Conselho de Ética elegeu como presidente o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), e ainda os deputados João Marcelo Souza (PMDB-MA) para 1º vice-presidente e José Carlos Araújo para 2º vice-presidente.

Google Imagens



Curtas



O deputado federal Danilo Forte (PSB-CE), presidente da Comissão Especial do Novo Código de Processo Penal, participa do V Seminário Luso-Brasileiro de Direito – “Constituição e Governança”, realizado em Portugal. O evento acontece na Universidade de Lisboa até a próxima quinta-feira, com o objetivo de debater as principais questões do direito constitucional. “Em um momento conjuntural igual ao que o Brasil vive, com relação à crise da segurança pública e à morosidade da justiça, é preciso abordar novas alternativas. O Seminário vai contribuir com o debate sobre a criação do Novo Código de Processo Penal possibilitando a troca de conhecimentos e experiências para que as leis sejam aprimoradas”, explica o parlamentar cearense.



No último mês, os brasileiros enfrentam mais uma preocupação, a disseminação do jogo Baleia Azul, atividade virtual com 50 desafios, sendo que o último estimula o jogador ao suicídio. A prática, que atinge principalmente os jovens, também incita a automutilação. No Plenário, nesta terça-feira (18), o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) mostrou preocupação com o jogo e pediu que a Polícia Federal, com os meios de investigação pelas redes sociais, descubra quem patrocina esta prática e como o jogo chegou ao Brasil. “Há grande preocupação com a população jovem que, a cada dia, está mais inserida nas redes sociais e no mundo virtual. Não podemos aceitar que jovens e adolescentes percam suas vidas.”

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Audiência Pública

Agricultura de precisão é tema de debate proposto por socialistas

Tatyana Vendramini

“Agricultura de Precisão – uma forma racional de produzir alimentos, com sustentabilidade e competitividade.” Este é o tema da audiência pública que será realizada, ainda sem data definida, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural a pedido da líder do PSB na Câmara, Tereza Cristina. O requerimento foi subscrito pelos também socialistas Adilton Sachetti (MT), César Messias (AC), Heitor Schuch (RS), Luana Costa (MA) e Luciano Ducci (PR).

A agricultura de precisão representa uma nova forma de gestão ou gerenciamento da produção agrícola. As ferramentas e tecnologias aplicadas permitem o uso racional dos insumos e garantem a redução dos impactos negativos ao ambiente decorrentes das atividades agropecuárias.

No requerimento, aprovado nesta quarta-feira (19), os autores tratam da necessidade da adoção de



Google Imagens

medidas de incentivo a essas novas tecnologias para que possam estar à disposição dos agricultores o quanto antes. “O uso das tecnologias e ferramentas adequadas da agricultura de precisão contribui para a diminuição de perdas. O controle das variáveis que influenciam o cultivo depende do maior detalhamento das informações”, diz o texto que solicita a audiência.

Os deputados também defendem que a adaptação da agricultura às novas realidades de mudanças climáticas e das limitações ambientais é condição indispensável

para o desenvolvimento do setor. “Novas soluções técnicas de baixo custo, colheitas programáveis, índices de produtividade previsíveis e estoques administráveis e seguros serão decisivos tanto para o agronegócio como para manter os jovens no campo e garantir o sustento da agricultura familiar.”

Entre os convidados para o debate estão representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão e de associações ligadas ao setor.

Energia Solar

Átila sugere instalação de placas fotovoltaicas em escolas públicas

Tatyana Vendramini

Indicação do deputado Átila Lira (PSB-PI) ao Poder Executivo pretende aliar o fornecimento de energia elétrica limpa e renovável com educação pública em todo o País. O documento, apresentado na última semana, sugere medidas para facilitar a instalação de placas fotovoltaicas na construção ou na reforma de escolas.

O parlamentar defende que tal iniciativa seja aplicada no âmbito do Programa Luz Para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que tem como objetivo levar acesso gratuito à energia elétrica para parcela da população



Átila Lira fala sobre benefícios da energia solar

localizada em zonas rurais. “Sabemos que o mundo busca por soluções mais baratas e menos poluentes para a geração de energia elétrica. E acreditamos que a

energia fotovoltaica tem grande papel nesta busca por um mundo mais sustentável”, afirma Átila.

Entre os benefícios listados pelo deputado socialista ao Governo Federal estão a baixa manutenção desses equipamentos, que possuem vida útil considerada longa, e a redução de custos, pois a fonte operacional de energia solar é gratuita. “Embora o custo de implantação ainda seja alto, já se verifica uma tendência contínua de queda dos preços, devido ao aumento da aplicação desse tipo de geração de energia. É bem provável que num futuro bem próximo haja evolução mais acelerada dessa viabilidade econômica e o uso desse sistema se torne mais popular.”

Rodrigo Martins questiona Anac sobre cobrança de bagagens

Andrea Leal

A possibilidade de empresas aéreas ofertarem desconto para passageiros que não despacharem bagagem foi uma das sugestões levantadas pelo presidente da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), deputado federal Rodrigo Martins (PSB-PI). Nesta terça-feira (18), o colegiado debateu com especialistas a Resolução nº 400 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que possibilita a venda de franquia de bagagem separada da passagem aérea.

Rodrigo afirma que essa possibilidade de desconto pode resolver a questão sem prejudicar o consumidor acostumado a levar bagagem. Dessa forma, segundo o socialista, anula-se um dos pontos levantados pela ANAC, de que o usuário que não despacha paga pela bagagem de quem despacha.

“Até agora as justificativas apresentadas não me convencem que a separação do preço da passagem e da bagagem favorecerá o consumidor. Não podemos contar com possibilidades de diminuição do preço da passagem. É mais fácil, até de forma legislativa, conceder a possibilidade de desconto para usuários que não despacharem”, argumentou o parlamentar.

Em dezembro a ANAC apresentou a Resolução, que deveria entrar em vigor no dia 14 de março, mas o Ministério Público Federal (MPF) pediu anulação da regra. Segundo o MPF, a cobrança fere os direitos do consumidor e levará à piora dos serviços baratos prestados pelas empresas.

O presidente da Agência, José Ricardo de Queiroz, disse que a Resolução começou a ser elaborada em 2012 e que muitos estudos foram feitos até que ela fosse publicada. De acordo com ele, a proposta contou com a participação de diversos órgãos envolvidos, além da contribuição da socie-



Hugo Leal é presidente de Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública

dade. “Esta medida aumentará a competitividade, diminuir o preço das passagens e aumentar o número de passageiros em todo o País.” Ainda de acordo com Queiroz, a Resolução conta com cláusula de revisão para monitorar o mercado.

Outra questão levantada pelo presidente da CDC é que essa norma, presente na Resolução da ANAC, fere o Código de Defesa do Consumidor. “Nesse sentido, afirmo que a Câmara dos Deputados não vai se furtar de legislar e nem de impedir que o Código seja lesado”, disse. Rodrigo foi um dos deputados que solicitaram a realização da audiência.

A violação ao Código de Defesa do Consumidor pode ser constatada uma vez que não se pode dissociar o passageiro de sua bagagem. Isso, segundo o secretário da Secretaria Nacional do Consumidor, Arthur Rollo, configura venda casada.

Arthur também questiona a comparação com normas de países como Estados Unidos, onde a concorrência é muito maior. Atualmente, apenas Brasil e Venezuela possuem regulamentação na franquia de bagagens. “Outra questão é a insegurança que esta medida

deu aos consumidores. Não temos informações concretas de como será a aferição do peso das bagagens, quem fará esse controle. A Resolução deveria, no mínimo, ter uma fase de experiência”, reforçou Arthur.

O argumento apresentado pelo presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, é de que a cobrança da bagagem separada da passagem aumentará o acesso à aviação em todo o País. “Em 2002, quando passou a vigorar no Brasil a liberdade tarifária, passamos de 32 milhões de passageiros para 118 milhões até 2015. A previsão é que essa medida aumente, em dez anos, o número de passageiros para 200 milhões.”

O número apresentado por Sanovicz, segundo o deputado federal João Fernando Coutinho (PSB-PE), não é suficiente para justificar a Resolução. De acordo com o socialista, é muito importante aumentar o número de usuários da aviação, mas é preciso respeitar o direito do consumidor. “Até o momento não vi garantia de que as passagens irão reduzir. Hoje, temos cada vez menos voos e mais domínio das empresas aéreas maiores. Precisamos encontrar equilíbrio para decidir sobre esta questão.”